

Abordagem da Educação Sexual no Ensino de Ciências e Biologia do Brasil

Gênifer Erminda Schreiner¹, Susana Weyh Wammes², Roque Ismael da Costa Güllich³

¹⁻³Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

¹geniferermindas@hotmail.com; ²susanawammes@gmail.com; ³roquegullich@uffs.edu.br

Resumen

Diante da influência midiática e social esta cada vez mais difícil orientar os jovens sobre assuntos relacionados à sexualidade, somando-se ainda às questões de como e quando seria ideal introduzir-se a educação sexual nas escolas, os altos índices de gravidez na adolescência e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) nos mostram que ainda estamos longe de chegar a este marco ideal do ensino do assunto nas escolas da rede pública. Para refletir sobre o assunto foram pesquisadas nas dez (10) edições da Revista de Ensino de Biologia (REnBio) trabalhos que tivessem como seu enfoque práticas educativas sobre educação sexual na educação básica. Foram analisados vários aspectos incluindo: o ano da publicação, tipo de trabalho, ano escolar, metodologias de ensino, participantes do processo e região dos trabalhos. Com base nos dados coletados e os comparando com informações encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre o assunto notamos que os profissionais da educação continuam ainda muito atrelados aos currículos tradicionais e relutam em tratar de temas mais polêmicos, como a educação sexual de uma forma mais transversal e integrada, o que impede uma formação mais crítica e um entendimento adequado sobre o assunto pelos jovens.

Palavras-Chave: Ensino de biologia, Sexualidade, Orientação sexual.

Introdução

Os jovens estão adentrando na sua vida sexual cada vez mais cedo, bem como são muito curiosos sobre o assunto, sendo que na família pouco se fala a respeito da sexualidade. Devido a esse conflito de gerações, muitas vezes a escola se torna a única fonte confiável de informações para o adolescente, ou seja, a intuição está encarregada de repassar informações básicas e essenciais sobre como evitar uma gravidez indesejada, como evitar a contaminação por IST's e muito mais (Altmann, 2001), incluindo também toda a discussão sobre o corpo e sua sexualidade. Porém, mesmo os aspectos mais básicos que envolvam a sexualidade são trabalhados, muitas vezes, com dificuldade, pelos professores. Muitos ainda são conservadores e se sentem inibidos a tratar de assuntos tão íntimos e pessoais, devido a isso, e a falta de formação especializada, estes ainda se sentem bastante despreparados para sozinhos tratarem do assunto. Sendo assim, a temática geralmente é trabalhada então com mais afinco apenas nos anos em que o corpo humano faz parte do conteúdo de Biologia, que englobaria os currículos do 8º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio.

Porém, segundo os PCN, os alunos a partir do 5º ano do ensino fundamental já devem ser incluídos no eixo temático "Ser Humano e Saúde", onde seriam apresentadas questões ligadas à sexualidade, reprodução, desenvolvimento e ao funcionamento do corpo, bem como as doenças oriundas da má alimentação ou falta de higiene pessoal. Neste momento considera-se importante "reconhecer e promover os recursos para o bem-estar e a saúde dos indivíduos da comunidade escolar." Além disso, é considerado necessário que o estudante conheça melhor seu corpo, pois "o conhecimento do corpo transcende sua dimensão biológica. No corpo estão inscritas a história de vida, a cultura, os desejos e as aprendizagens do indivíduo" (Brasil, 1998, p.51).

No que corresponde ao currículo, estruturado pelo PCN, do 8º ano do Ensino Fundamental (ano em que averiguamos ter o maior número de relatos de experiência sobre a temática), os estudantes encontram-se em um estado de transformação do corpo e estão cheios de curiosidades sobre diversas questões relacionadas a adolescência. Sendo assim, devem ser abordados dentro do eixo temático intitulado "Ser humano e Saúde" assuntos de sexualidade e reprodução, dentre as quais: características sexuais primárias, ciclo menstrual, ejaculação, gravidez, preservativo, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), outras doenças sexualmente transmissíveis, etc. E ainda, dentro do tema transversal Orientação Sexual, deve ser discutido sobre as relações existentes entre pessoas, formação de identidade de gênero, comportamentos sociais, organização familiar, diversidade social, etc. (Brasil, 1998, p. 77).

Tendo como principal preocupação saber em que momento que a educação sexual é realmente abordada nas escolas públicas, bem como o modo que isto é feito pelos professores e demais protagonistas educacionais, investigou-se os textos publicados nas diferentes edições da REnBio abordam o tema educação sexual: sexualidade, orientação e diversidade sexual.

Referências Teóricas

Dialogar sobre uma temática como sexualidade, se tornou algo rotineiro se comparado com o tempo de nossos avós, por exemplo. Porém, para iniciar a discussão do tema pelo ponto de vista educacional primeiramente é necessário entender do que se trata o estudo/temática da sexualidade e orientação sexual, tendo em mente que é:

algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais [...] prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (Brasil, 1998, p. 287).

Nos PCN a temática é algo mais abrangente que puramente o ensino das partes sexuais e prevenção de ISTs, que são os temas mais abordados no ensino básico¹. Os PCN propõem que a Orientação Sexual deve procurar “considerar todas as dimensões da sexualidade: a biológica, a psíquica e a sociocultural, além de suas implicações políticas” (Brasil, 1998, p. 295), no que se reconhece uma concepção Biopsicossocial de saúde.

Como salienta Louro (2008), antigamente, principalmente antes da revolução sexual de 1960, o núcleo familiar, a escola e a igreja eram entidades importantes para os jovens quanto a sua formação de pensamento crítico, especialmente no quesito que abrangem temas cercados de tabus e polêmicas, como é a sexualidade aqui discutida. Porém atualmente:

[...]como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? Como esquecer o cinema e a televisão, os shopping centers ou a música popular? Como esquecer as pesquisas de opinião e as de consumo? (Louro, 2008, p. 2).

Diante de uma enxurrada de informações acerca do que seria a sexualidade, informações estas que por diversas vezes chegam aos jovens de forma errada ou distorcida, associadas à falta de diálogo com os pais, formam-se uma quantidade enorme de jovens desinformados que acabam iniciando sua vida sexual mais cedo, e, conseqüentemente, elevam os índices de gravidez na adolescência e de infectados com ISTs. Entre 2006 a 2015 a cada 1000 adolescentes de 15 a 19 anos, 65 estavam grávidas (Diaz, et al., 2017)². Devido a fatores semelhante, após a revolução sexual (1960), sentiu-se a necessidade de reformular o ensino de modo que englobasse melhor a educação sexual, para tal, foram implantadas políticas públicas nas instituições de ensino básico baseados no PCN, para possibilitar a formação de cidadãos reflexivos e conscientes das suas ações. De acordo com os PCN (1998) dentre os temas transversais, ou seja, temas de relevância social, que devem ser trabalhados pelos professores, está a Orientação sexual.

Desenvolvimento

a) Metodologia

Foi documental, conforme estabelecem Lüdke e André (2013). Para realizar um levantamento de dados pertinentes às escolhas metodológicas e objetivos da pesquisa, foram analisadas as dez edições (nove edições regulares e uma especial) da Revista REnBio, conhecida até 2017 como Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio), em busca de relatos de experiências e pesquisas que abordassem a educação sexual nas escolas de educação básica. Para realizar a triagem dos trabalhos que interessassem à presente pesquisa foram utilizadas buscas por cinco palavras-chave, a saber: sexualidade, educação sexual, orientação sexual, gênero e diversidade sexual, tais termos deveriam constar no título, nas palavras chave ou no resumo do trabalho (caso houvessem).

1 Tal dado também foi observado pelos pesquisadores na análise da revista eletrônica REnBio.

2 Diaz, M. M., et al. 2017. Mundos Distantes. Brasil: UNFPA. Recuperado em 19 fevereiro, 2018, de <http://unfpa.org.br/swop2017/swop2017.pdf>

A análise se deu em três etapas conforme explicitado por Lüdke e André (2013) de modo que na primeira etapa da pesquisa, denominada pré-análise, estabelecemos um problema, escolhemos o local da pesquisa e realizamos a escolha das palavras de busca. Logo depois, na fase exploratória passamos a pesquisa usando as palavras definidas e por fim foi feita a análise temática com a produção e interpretação dos resultados obtidos, baseados em teorias.

Este trabalho tem uma abordagem quali-quantitativo e trata-se de um estudo transversal da temática sexualidade e seus desdobramentos na educação básica, sendo desenvolvido através de uma pesquisa complementada por uma revisão bibliográfica acerca do tema.

Para facilitar o entendimento e a apresentação dos trabalhos analisados ao longo desta pesquisa cada um recebeu uma nomeação composta por dois números separados por um ponto, o primeiro se refere a edição da revista na qual o trabalho foi publicado (para edição especial foi usado o número 0 para a ilustração), e o segundo representa seu lugar na ordem da publicação (ex: 1.1, diz respeito ao primeiro trabalho que se referia ao assunto aqui abordado publicado na primeira edição). Desse modo, foram respeitados os preceitos éticos da pesquisa, deixando-se de nominar os autores dos trabalhos analisados.

A partir da seleção dos dados foi possível produzir o quadro 1, que demonstra a quantidade de trabalhos encontrados em cada edição bem como o número total de trabalhos publicados na mesma. Os trabalhos foram separados em categorias, referentes a palavra chave com a qual ele se envolvia, é possível que um mesmo trabalho esteja em mais de uma categoria devido a apresentar mais de uma das palavras-chave que elegemos para a busca de dados.

Edição	Ano da publicação	Artigos selecionados para pesquisa					Total de trabalhos publicados na edição	Trabalhos analisados
		Sexualidade	Educação sexual	Orientação sexual	Gênero	Diversidade		
1	2007	0	0	0	0	0	8	0
0	2007	0	0	0	0	0	5	0
2	2008	0	0	0	0	0	8	0
3	2010	7	3	1	0	0	417	9
4	2011	0	0	0	0	0	13	0
5	2012	7	3	1	1	1	331	7
6	2013	0	0	0	0	0	11	0
7	2014	7	0	0	2	0	568	7
8	2015	0	0	0	0	0	6	0
9	2016	16	0	0	0	0	700	16
Total	-	37	6	2	3	1	2067	38

Quadro 1: Dados gerais dos trabalhos analisados nas da Revista REnBio

Fonte: Schreiner; Wammes, 2018.

b) *Resultados*

O primeiro aspecto impactante é perceber que este assunto começou a ser tratado nas últimas edições da REnBio, tanto é que até a segunda edição, incluindo a edição especial, não foram encontrados relatos de experiência e pesquisas sobre o assunto. Tal fato mudou apenas na terceira edição (2010), com nove trabalhos publicados, já no ano seguinte (2011), referente à quarta edição, novamente não houveram publicações sobre o tema. Ou seja, se levarmos em conta a maior revista brasileira da área de ensino de Biologia, que é dedicada a publicar trabalhos de eventos da área até 2016, como meio de disseminação, não faz nem uma década que pesquisadores dão real importância para como a temática da sexualidade é tratada nas escolas em suas pesquisas. O fato é preocupante, e isto se agrava mais ao perceber que dos 38 trabalhos que analisamos apenas 11 eram pesquisas científicas propriamente ditas. Outro fato que observamos foi a pequena participação dos professores das escolas na publicação de trabalhos, o que provavelmente está relacionado à carga de trabalho, ao acúmulo de funções, a desvalorização da classe e a carreira que não prevê pesquisa como atividade de formação docente.

O número reduzido de dados obtidos também se deve a especificidade da nossa busca, pois como foi descrito, nosso foco foi em relatos de experiência e trabalhos de pesquisa que discutem alguma atividade que foi desenvolvida na escola básica com o tema sexualidade ou algo relacionado diretamente a esta dimensão da educação em saúde.

Porém, pelos dados obtidos na análise desses 38 trabalhos que se enquadraram nos pré-requisitos exigidos (conter uma das palavras chave e ter sido realizado com alunos da escola básica) percebeu-se como os professores se sentem “amarrados” ao currículo tradicional, desconsiderando até mesmo o que consta nos PCN como diretriz. Isso se observa no Gráfico 1, pois este mostra que tais assuntos são tratados de forma mais massiva a partir do 8º ano, que é quando tem o seu pico. Isto se deve provavelmente por ser o ano escolar em que consta no currículo de Ciências o estudo do corpo humano, da concepção ao até a morte, passando pela reprodução e desenvolvimento, o que faz com que o professor de Ciências seja incumbido de trabalhar com os jovens sobre essa temática abordando-a muitas vezes de forma muito técnica, devido a essa preocupação. Este fato também permite acreditar que a concepção de saúde abordada no ensino é predominantemente a Biomédica, em que a saúde é apenas a ausência de doenças. Saito e Leal (2000) afirmam que:

torna-se necessário buscar instrumentos que permitam melhor preparar aquele que vai orientar e, dentro desse enfoque, não só os professores de Ciências ou Biologia serão responsáveis pela transmissão do conteúdo, mas a escola como um todo (SAITO; LEAL, 2000, p. 25).

Pode-se observar que tal escolha (a de discutir orientação sexual apenas no 8º ano) não é a melhor possível, pois segundo Paiva et al. (2008)³, um estudo realizado

3 Paiva, V. et al. 2008. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. Revista de Saúde Pública, Rio de Janeiro. 42(Suppl. 1): 45-53.

com 650 jovens de idade entre 16 e 19 anos (cujos 61,6% já haviam iniciado sua vida sexual), a idade média para iniciar o ato é de 14,9 anos. Escolarmente, jovens de 14 anos se encontram entre o 8º e 9º ano do ensino fundamental, e segundo os PCNs o tema que envolve os órgãos genitais e a concepção, bem como evita-la, no 8º ano do ensino fundamental. Ou seja, em teoria, os jovens iniciariam a sua vida sexual depois de estarem devidamente instruídos. Porém, quando, na mesma pesquisa, os jovens foram consultados sobre o uso de preservativos apenas 67,7% o utilizam em relações estáveis e 62,6% em relações casuais, o que demonstra que mesmo já tendo passado por esse nível de aprendizagem escolar, os jovens parecem ainda não ter consciência do que seus atos podem causar. Acredita-se que o ensino contínuo da temática educação sexual, ou seja, que atravesse todo o currículo da educação básica, seja o melhor caminho para uma real aprendizagem significativa.

Reafirmando tal ponto de vista, consta nos PCN que o tema de orientação sexual deve ser tratado como um tema transversal, ou seja, “cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio de sua própria proposta de trabalho” (Brasil, 1998, p.307). No Gráfico 1 também é possível notar que em nenhum dos trabalhos analisados foram feitas ações sobre o 5º ano, além de pouco terem ocorrido no 6º e 7º anos, o que vai contra a proposta dos PCNs sobre o tema, que fala que:

“A partir da quinta série [...] a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico. Esse espaço pode ocorrer, por exemplo, na forma de uma hora-aula semanal para os alunos (dentro ou fora da grade horária existente, a depender das condições de cada escola). Da quinta série em diante, os alunos já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade para um momento especialmente reservado para tal, com um professor disponível[...]” (Brasil, 1998, p. 308)

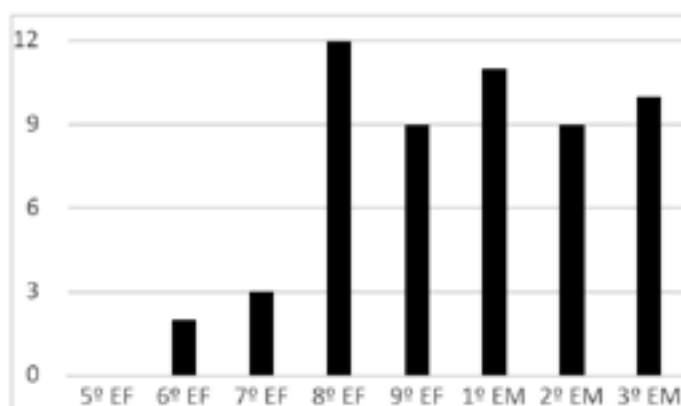


Gráfico 1: Número de trabalhos analisados de cada ano
Fonte: Schreiner; Wammes, 2018.

Quanto ao modo como o conteúdo foi tratado observa-se no Gráfico 2 que a metodologia mais utilizada para tratar do tema foi o questionário, tanto o aberto como o fechado. Um dado positivo foi o grande número de mídias, dinâmicas e jogos utilizados, pois são estimulantes e mostram que o tema esta sendo tratado de forma mais informal e menos polêmica, se utilizando cada vez mais de aspectos atuais e da cultura popular jovem. Pois como destacam Saito e Leal (2000, p. 46): “o autoritarismo deve ser esquecido,

dando lugar à autoridade como sinônimo de competência, que admite o diálogo.” Sabemos que justamente esse diálogo aberto e informal está ausente em grande parte das famílias, cabendo somente à escola o dever da educação sexual. Dados mostram inclusive que adolescentes indicam a escola como sendo o lugar de onde obtém as informações sobre sexualidade. Sendo assim, Saito e Leal (2000, p. 46) propõe ainda que; “a escola deverá tentar envolver as famílias no diálogo sobre sexualidade, usando o espaço da escola.”

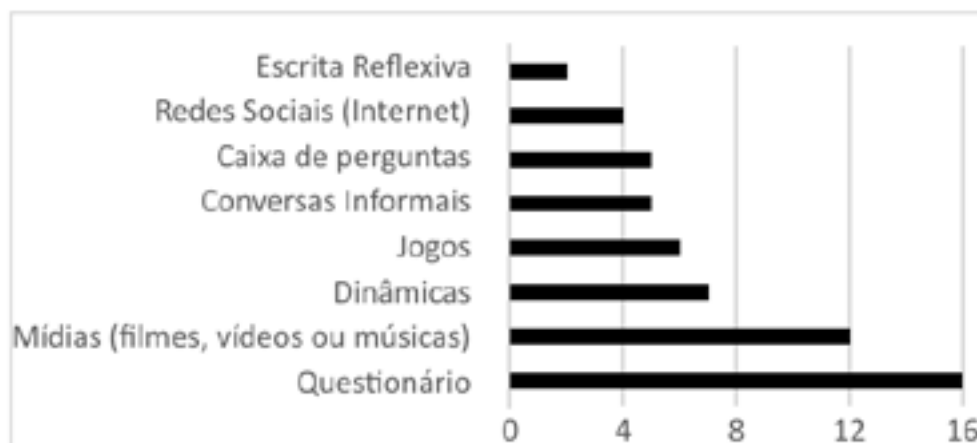


Gráfico 2: Metodologias utilizadas para tratar a Educação Sexual na escola
Fonte: Schreiner; Wammes, 2018.

Conclusão

No desenvolvimento desta pesquisa o objetivo firmado de pesquisar dados sobre as práticas pedagógicas de educação sexual foi alcançado. Percebe-se nos trabalhos que na maioria das vezes por falta de preparo ou por carga horária excessiva, os professores ainda se sentem despreparados para discutir a temática da educação sexual na escola do modo como os PCN orientam, acarretando na repetição de aulas ministradas pela forma tradicional e com base na concepção biomédica de saúde.

Também pudemos constatar que a educação sexual é em geral de responsabilidade do professor de Biologia e que é tratada de forma mais enfática, quase que exclusivamente, juntamente com os conteúdos relacionados ao corpo humano, o que explica a maior quantidade de trabalhos realizados com alunos do 8º e 1º ano. Também identificamos que os questionários continuam sendo o modo mais difundido para que se encaminhe uma discussão acerca do tema, a preferência por essa metodologia encontrada em nossa pesquisa pode se dar, em parte, pelas presença de pesquisas científicas (que totalizaram 28,9% dos trabalhos analisados) realizadas sobre o tema, que geralmente tem como ponto de partida justamente os questionários.

Percebe-se também que a maioria dos trabalhos (64,8%) não eram de professores das escolas de educação básica, mas sim de estagiários (24,3%) e de bolsistas (40,5%) das Universidades, ou seja, infelizmente poucos professores tem a oportunidade de se dedicar a expor o trabalho que fazem nas escolas e pesquisar para aprimorar suas práticas pedagógicas. O que nos remete novamente a valorização e bom desempenho dos professores, principalmente na rede pública. Neste sentido, cabe pensar que a formação

de novos professores da área, bem como a formação continuada e pesquisas devem ser incentivadas para o tratamento mais adequado da temática na Educação Básica.

É importante ainda salientar que com o passar dos anos a quantia de trabalhos encontrados teve pequenos aumentos, tal dado é positivo, pois mostra o crescimento público em temas polêmicos. No entanto, olhando-se para os resultados desta investigação, mesmo apresentado um crescimento de trabalhos desenvolvidos com o passar dos anos (2007-2016), num todo, a quantidade de atividades realizadas é bastante reduzida. Também é importante frisar que não é possível generalizar que as escolas de todo país estão realizando poucas atividades sobre sexualidade. Mas sim, que segundo as publicações da Revista REnBio, dos anos 2007 a 2016 apresentam poucas publicações de atividades envolvendo o tema sexualidade, permitindo-se uma margem de estimativas que estejam sendo realizados mais atividades, mas não estão sendo compartilhados ou publicados.

Referências Bibliográficas

- Altmann, H. (2001). Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Estudos feministas. (9): 575-585. Recuperado em 8 dezembro, 2017, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/9637/8868>
- Brasil. (1998). Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC / SEF: 19-131. Recuperado em 5 dezembro, 2017, de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>
- Brasil. (1998). Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual. Brasília: MEC / SEF: 285 - 336. Recuperado em 2 fevereiro, 2018, de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, 19(2): 17-23. Recuperado em 19 dezembro, 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>
- Lüdke, M. e André, M.E.D.A. (2013). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. (cap2): 12-28
- Saito, M. I. e Leal, M. M. (2000). Educação sexual na escola. Artigos Originais Artigos Especiais, 22(1): 44-48. Recuperado em 21 dezembro, 2017, de https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39242838/Educacao_sexual_na_escola.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1521720789&Signature=q4BLB4c2zGyMG43x3fjaMfD%2F2fY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEducacao_sexual_na_esco